

**Os Desafios na Inclusão de Pessoas com Deficiência Visual nos Cursos  
de Direito  
ODS: (4, 9, 10 e 16)**

**Aguinaldo Dátola Silva (Universidade de Taubaté)  
Livia de Campos Sanches (Universidade de Taubaté)  
Profa Ma Viviane Galvão Botelho Neves (Universidade de Taubaté)  
Profa Ma Sandra Aparecida Vitoriano (Universidade de Taubaté)**

A presente pesquisa objetiva refletir sobre a inclusão de pessoas com deficiência visual no ensino superior, especialmente nos cursos de Direito, considerando que tal oportunidade representa, ao mesmo tempo, desafios e a possibilidade de promoção da equidade, da diversidade e da inovação social. Em um contexto em que ciência, tecnologia e desenvolvimento caminham de forma integrada, é imprescindível analisar as barreiras enfrentadas por esses estudantes e as soluções possíveis que, por meio da acessibilidade, garantam sua efetiva participação acadêmica visando o mesmo em sua vida profissional. De acordo com pesquisa realizada em 2024 pela União dos Cegos, o Brasil possui cerca de 45 milhões de pessoas com deficiência (PCD), sendo 10 milhões com deficiência visual ou baixa visão. Frequentemente, a sociedade associa, de forma equivocada, a deficiência visual à incapacidade de estudar ou trabalhar. No entanto, o verdadeiro obstáculo está na ausência de acessibilidade, inclusive tecnológica. O direito à educação inclusiva é assegurado por diversos instrumentos legais, tanto nacionais quanto internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão, que garantem o acesso igualitário à educação em todos os níveis. No campo jurídico, em que a leitura, a interpretação e a produção textual são competências fundamentais, promover a acessibilidade é essencial para que estudantes cegos ou com baixa visão tenham condições equânimes de participação nesse âmbito. Os desafios enfrentados por pessoas com deficiência visual nas faculdades de Direito são múltiplos, em especial as barreiras na comunicação e na informação, uma vez que inúmeros materiais didáticos não estão disponíveis em formatos acessíveis, como versões em braille, audiodescrição ou compatíveis com leitores de tela. Outro ponto crítico refere-se às barreiras atitudinais, ligadas ao preconceito e à falta de preparo da comunidade acadêmica. A linguagem técnica do Direito, aliada à complexidade de textos doutrinários e jurisprudenciais, representa uma dificuldade adicional para esses estudantes, sobretudo na ausência de suporte adequado. A tecnologia assistiva exerce papel crucial na promoção da acessibilidade, pois engloba recursos e estratégias que ampliam as capacidades funcionais das pessoas com deficiência, promovendo autonomia, independência e inclusão. Entre os principais recursos estão leitores de tela, softwares de reconhecimento de voz, audiolivros jurídicos e aplicativos organizadores de estudos adaptados, além de investimentos em plataformas virtuais acessíveis, baseadas no design universal. Diante do exposto, conclui-se que ciência e tecnologia são aliadas na superação de barreiras, para garantir que todos os estudantes possam contribuir de forma plena para o desenvolvimento jurídico e social do país.

Palavras-Chave: Desafios; Deficiência Visual; Cursos; Direito.